



**AMB**  
Associação dos  
Magistrados  
Brasileiros

**BOLETIM AMB**

# APOSENTADOS

Publicação da Associação dos Magistrados Brasileiros - Edição nº 001 - 2015



## Atuantes no Congresso e na AMB

Cada vez mais os associados aposentados têm marcado presença na AMB e no Congresso Nacional para tratar os projetos de interesse da magistratura. A paridade é uma das principais bandeiras da nossa ação política aos eméritos. Para fortalecer ainda mais essa parceria, revigoramos a Coordenadoria dos Aposentados, que agora conta com a participação de 36 representantes das associações regionais. Neste boletim, será possível conferir todas as ações, reuniões e eventos realizados pela AMB em 2015. Leia mais nas próximas páginas.



# PARIDADE para os aposentados

Prezados (as) colegas,

A AMB vem desenvolvendo um intenso trabalho para garantir a paridade na carreira da magistratura, com o fortalecimento da Coordenadoria dos Aposentados, que a partir da atual gestão, passou a ser o maior órgão da entidade, pois congrega 36 representantes das associações regionais, e também com a campanha para que tais princípios sejam garantidos com a nova Loman. Criamos um conceito de paridade no sentido de não admitir nenhuma verba que não seja extensiva aos aposentados e pensionistas.

Seguimos mobilizados pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63/2013, que beneficia tanto ativos quanto inativos ao restabelecer o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), e da PEC 555/2006, que extingue gradativamente a contribuição previdenciária para os servidores aposentados e pensionistas, juntamente com representantes de cerca 50 entidades associativas que representam os servidores públicos.

Neste segundo ano de gestão, mantivemos a unidade construída em 2014 e consolidamos a participação cotidiana dos associados. Ganhamos muita força política com o ingresso dos nossos associados jubilados na luta política. Realizamos junto com a Escola Nacional da Magistratura (ENM), na sede da AMB, em Brasília, um curso sobre mediação e conciliação para magistrados aposentados. Durante cinco dias, os participantes aprenderam técnicas dos diferentes métodos de resolução de conflitos.

Os pleitos dos associados aposentados são considerados prioritários para a AMB. Prova disso, é que temos ampliado cada vez mais a comunicação com os 3,3 mil aposentados filiados. No nosso jornal AMB Informa, disponibilizamos páginas fixas para publicação de matérias sobre a atuação da entidade na defesa dos projetos de interesse dos aposentados. Na reunião da Coordenadoria dos Aposentados que ocorreu no dia 10 de novembro, ficou acertado com o vice-presidente de Comunicação, Gil Guerra, a criação de um boletim impresso específico para os associados aposentados, já que uma parcela deles não tem acesso a e-mails. Por meio deste boletim, estamos cumprindo a deliberação da Coordenadoria, fazendo uma retrospectiva das principais atividades da área durante este ano.

Continuaremos divulgando nossas ações em prol dos aposentados também no site da AMB e no boletim eletrônico. O nosso propósito é intensificar a luta e a força política dos associados aposentados, apesar da crise política e econômica que o país atravessa.

Contamos cada vez mais com a sua contribuição.

Boa leitura!

**João Ricardo Costa**  
Presidente da AMB



**Presidente**  
**João Ricardo dos Santos Costa**

**Secretário-Geral**  
**Marcos Sérgio Galliano Daros**

**Secretário-Geral Adjunto**  
**Alexandre Aronne de Abreu**

**Diretor-Tesoureiro**  
**Emanuel Bonfim C. Amaral Filho**

**Diretor-Tesoureiro Adjunto**  
**Mauro Caum Gonçalves**

**Vice-Presidentes**  
**Adriano Gustavo Veiga Seduvin -**  
Assuntos Ambientais

**Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes Guerra -**  
Comunicação Social  
**Hadja Rayanne Holanda de Alencar -** Prerrogativas  
**Maria de Fátima dos Santos Gomes**  
**Muniz de Oliveira -** Cultural  
**Maria Madalena Telesca -** Assuntos Legislativos  
Trabalhistas  
**Nartir Dantas Weber -** Interiorização  
**Nelson Missias de Moraes -** Legislativo  
**Paulo Mello Feijó -** Efetividade da Jurisdição  
**Ricardo de Araújo Barreto -** Direitos Humanos  
**Sérgio Luiz Junkes -** Institucional  
**Wilson da Silva Dias -** Administrativo

**Conselho Fiscal**  
**Helvécio de Brito Maia Neto**  
**Luiz Gonzaga Mendes Marques**  
**Hermínia Maria Silveira Azoury**

**Coordenadoria da Justiça Estadual**  
**Gervásio Protásio dos Santos Júnior**

**Coordenadoria da Justiça Federal**  
**Rogério Favreto**

**Coordenadoria da Justiça do Trabalho**  
**Antônio Oldemar Coêlho dos Santos**

**Coordenadora-adjunta da Justiça do Trabalho**  
**Patrícia Almeida Ramos**

**Coordenadoria da Justiça Militar**  
**Edmundo Franca de Oliveira**

**Coordenadoria dos Aposentados**  
**Nelma Torres Padilha**

**Coordenador-adjunto dos Aposentados**  
**Írio Grolli**



**Coordenadora de Comunicação:**  
Renata Brandão

**Editora:** Márcia Delgado  
**Reportagem:** Luciana Salimen, Márcia Delgado,  
Renata Brandão e Tatiana Damasceno

**Estagiária:** Tarcila Rezende  
**Diagramação:** Marconi Martins  
**Fotos:** Ascom / AMB

Site: [www.amb.com.br](http://www.amb.com.br)  
E-mail: [jornalismoamb@gmail.com](mailto:jornalismoamb@gmail.com)

Twitter: [www.twitter.com/Magistrados](https://www.twitter.com/Magistrados)  
Youtube: [www.youtube.com/ambMagistrados](https://www.youtube.com/ambMagistrados)

Instagram: [@magistradosbrasil](https://www.instagram.com/magistradosbrasil)  
Facebook: [www.facebook.com/magistradosbrasil](https://www.facebook.com/magistradosbrasil)

# Aposentados definem estratégias de ação em 2015



Em reunião que ocorreu em março, Coordenadoria de Aposentados definiu estratégias

Foi realizada em Brasília, no dia 02 de março, a segunda reunião da Coordenadoria de Aposentados da AMB, com a estrutura criada em dezembro do ano passado. Além dos representantes das associações, o encontro contou com a presença do presidente da AMB, João Ricardo Costa, do secretário-geral adjunto da AMB, Alexandre Abreu, do coordenador da Justiça Estadual, Gervásio Santos, e do assessor da presidência, José Carlos Kulzer.

Na pauta, foram discutidas ações da associação em relação à criação dos Fundos de Previdência nos estados e os reflexos nos magistrados aposentados. Por unanimidade, foi

aprovado pela coordenação a contratação de um parecer mais aprofundado sobre o auxílio-moradia para ajudar os pedidos de ampliação do benefício aos aposentados. Ainda sobre o tema, foi confirmada também a formação de uma comissão de aposentados para visitar os ministros do Supremo Tribunal Federal, os conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, além dos presidentes dos tribunais, para tratar especificamente da extensão do benefício.

Segunda a coordenadora Nelma Padilha, a preocupação da AMB é com a plena isonomia na carreira da magistratura, fundada no princípio da paridade. “Com a implementação do auxílio-moradia a disparidade

está muito grande”, afirmou.

João Ricardo aproveitou o encontro e fez um relato sobre o momento político e institucional que o país está passando e como isso afeta os pleitos da magistratura. A ideia é integrar a coordenação dos aposentados cada vez mais à estrutura da AMB, de acordo com o presidente. “Agora temos que fazer acontecer, com a mobilização de todos. Conto com vocês na luta pelo ATS, pois muitos conhecem os parlamentares e toda ajuda será bem-vinda”, disse.

Por fim, deliberou-se fazer reuniões da coordenação nos estados, quando possível, contando com a presença de membros da diretoria da AMB.

# Magistrados participam da 3ª Reunião da Coordenadoria dos Aposentados



Campanha em prol da paridade foi deliberada na 3ª reunião da Coordenadoria de Aposentados

**M**agistrados aposentados de todo o Brasil reuniram-se no dia 11 de maio com membros da diretoria da AMB. O presidente da associação, João Ricardo Costa, deu início ao encontro falando sobre o tema central da pauta: a paridade entre os juízes da ativa e os aposentados e o esforço da entidade na busca deste objetivo.

“A AMB deve representar todos os associados da mesma forma, por isso buscamos um diálogo com os aposentados e assumimos o compromisso de potencializar a ação política para esses colegas. Estamos focados na unidade de todos os segmentos da magistratura e, para que isso aconteça, temos que ter uma representação forte de todos os estados dentro dos conselhos da AMB”, defendeu Costa.

Foi deliberado que a AMB encabeçará uma campanha em prol

da paridade. Durante a reunião, também foi explanada a luta da associação para estender o auxílio-moradia aos eméritos, e que foram agendadas reuniões com conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, para tratar desta questão e da paridade de forma geral.

Em relação à previdência complementar, foi informado que não há risco constitucional de os aposentados serem atingidos, já que os processos dessa natureza ainda estão para ser pautados no Supremo.

Sobre a PEC 106/2011, que cria a função de “Magistrado Sênior” no Poder Judiciário, foi aprovado, por maioria, que a AMB deverá atuar para alterar o texto da proposta para que os juízes aposentados pos-

sam atuar somente na conciliação e na mediação, mas sem poderes jurisdicionais. Também ficou definido que os aposentados não prestarão estes serviços sem contraprestação digna, para o que não basta a simples isenção da contribuição previdenciária como previsto no texto original. Na associação, a PEC está sob a relatoria do assessor da presidência José Carlos Kulzer.

Também foi tratado do banco de dados sobre interesses dos aposentados. O subcoordenador de Acompanhamento Processual, Antonio Carlos Chedid, pediu que todos encaminhem o que seus estados estão tratando e decidindo em relação aos direitos dos aposentados para que a AMB possa ter uma noção geral do assunto e estabelecer linhas de trabalho de forma mais compatível com a realidade.

# Em reunião, AMB, Ajufe e Anamatra discutem temas de interesse dos aposentados



Em reunião, entidades acolheram proposta da AMB de pedir extensão do auxílio-moradia a aposentados

**R**epresentantes da AMB, Anamatra e Ajufe reuniram-se no dia 24 de junho, em Brasília, para tratar de assuntos de interesse dos aposentados. Pela AMB, participaram o secretário-geral adjunto, Alexandre Abreu, o coordenador da Justiça Estadual, Gervásio Santos, e Claudir Faccenda, integrante da Coordenadoria de Aposentados.

As entidades acolheram a proposta da AMB de protocolar requerimento conjunto, solicitando a extensão do auxílio-moradia

*“A intenção é encaminhar uma carta com estes princípios ao STF, para que eles sejam contemplados no texto da nova Loman”*

**Gervásio Santos**

aos aposentados com pedido de antecipação de tutela, baseado no parecer elaborado pelo jurista

André Ramos Tavares. Os representantes da Ajufe e da Anamatra ficaram de levar a proposta às suas respectivas diretorias.

Os magistrados também informaram os colegas sobre o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão da Loman da AMB – com a definição de princípios em torno da paridade. Gervásio, que faz parte da Comissão, explicou que a intenção é encaminhar uma carta com estes princípios ao STF, para que eles sejam contemplados no texto da nova Loman.

# AMB na luta pela aprovação da PEC 555, que isenta contribuição previdenciária dos aposentados

**D**ando continuidade à luta pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/06, o presidente da AMB, João Ricardo Costa, encaminhou no dia 24 de julho ofício aos presidentes das associações estaduais e representantes dos aposentados dando ciência da nota conjunta assinada por diversas entidades, em prol da proposta que isenta a contribuição previdenciária dos aposentados. No ofício, a AMB ressalta que essa PEC faz parte da sua pauta prioritária e pede apoio das associações filiadas à campanha deflagrada pelas entidades que assinam a nota conjunta.

A nota emitida pelas entidades diz que no substitutivo, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), foi estabelecida uma redução gradual do desconto previdenciário a partir dos 60 anos e a sua eliminação total no momento em que o aposentado completar 65 anos de idade.

Constam também no documento que a PEC 555 corrige as injustiças cometidas contra os servidores inativos e pensionistas, que passaram a ser obrigados ao recolhimento de contribuição previdenciária não previsto no regime geral de previdência social, o que ofende os princípios da igualdade e isonomia; que a contribuição previdenciária de espécie tributária demanda contraprestação do estado com o objetivo de atender a finalidade prevista e justificar sua cobrança; entre outros.

Entidade emitiu nota conjunta pela aprovação da PEC 555



# Coordenadoria dos aposentados traça prioridades do 2º semestre



Prioridades para o segundo semestre foram definidas na 4ª reunião da Coordenadoria dos Aposentados

**N**a 4ª reunião da Coordenadoria dos Aposentados, realizada no dia 10 de agosto, em Brasília, foi definida a atuação em projetos considerados prioritários no segundo semestre. O presidente da AMB, João Ricardo Costa, abriu a reunião falando sobre a importância do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

“O resgate do princípio constitucional da paridade passa pela aprovação da PEC 63/2013, que restabelece o ATS para ativos e inativos, o que foi garantido por meio de um substitutivo apresentado no início dessa gestão ao projeto original que previa este benefício apenas aos magistrados e membros do Ministério Público da ativa”, relatou Costa.

Para que a proposta seja aprovada no plenário do Senado são necessários, no mínimo, 49 votos favoráveis, em dois turnos. Depois, o texto ainda precisa seguir para votação na Câmara dos Deputados.

“Contamos também com a participação dos colegas aposentados

nessa luta, por meio de contato com os senadores dos seus estados, pedindo apoio à PEC”, reforçou o coordenador Legislativo e assessor da presidência da AMB, José Carlos Kulzer.

Em relação à PEC 555/2006, que isenta os aposentados e pensionistas da contribuição previdenciária, foi deliberado que os representantes dos aposentados reforçarão a campanha junto às associações locais durante o mês de agosto, com o objetivo de serem contatadas todas as lideranças partidárias na Câmara. A ideia é pressionar para que esta PEC seja pautada no plenário da Casa ainda em 2015. Na visita, recomendou-se entregar cópia da nota conjunta assinada por várias entidades de classe em favor da proposta.

Também foi acertado que durante os meses de setembro e outubro serão realizadas reuniões nos estados com a participação de aposentados de todos os ramos do Judiciário local (estadual, trabalhista, federal e militar) para discussão de

estratégias e preparação da reunião a ser realizada em Brasília, durante dois dias no decorrer do mês de novembro. Coube à Comissão de Paridade, já constituída pela AMB, reunir-se para organizar este evento. O colegiado também ficou encarregado de procurar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux para a entrega de memoriais reforçando o pedido de liminar para extensão do auxílio-moradia aos aposentados, requerido com base no parecer do jurista André Tavares.

Por fim, o coordenador da Justiça Estadual da AMB, Gervásio Santos, ficou responsável de fazer o relato da nota técnica elaborada pela AMB para a aprovação da PEC 26/2011, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que altera o artigo 93 da Constituição Federal com a finalidade de modificar as regras de aposentadoria dos membros do Poder Judiciário, a fim de garantir a integralidade e a paridade entre ativos e inativos.

# Magistrados aposentados concluem curso de mediação e conciliação

O curso sobre mediação e conciliação para magistrados promovido pela Escola Nacional da Magistratura (ENM), da AMB, capacitou os participantes sobre as técnicas dos diferentes métodos de resolução de conflitos.

A coordenadora do curso, Eulália Maciel Coutinho, destacou a mudança dos magistrados ao longo da semana de aulas. “Observamos que houve uma evolução surpreendente desde a primeira mediação simulada até a última. Estão demonstrando muita alegria e satisfação por ter tido oportunidade de participar do curso. Conhecer os diversos tipos de mediação vale a pena tanto para magistrados aposentados como para os da ativa. É um acréscimo muito grande para a vida profissional”, destacou.

Uma das instrutoras da capacitação, a juíza aposentada do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) Wilde Maria Justiane, ressaltou que os magistrados tiveram oportunidade de conhecer uma nova forma de resolver conflitos. “O mediador está sempre em construção, você se aprimora na arte de ouvir e aprende o significado de respeito”, disse.

Ana Maria de Oliveira é juíza do Tribunal de Justiça do Estado



Magistrados aposentados durante o curso de mediação e conciliação

do Rio de Janeiro (TJRJ) e diz que, mesmo que não possa ser mediadora, visto que ainda não é aposentada, o curso irá ajudá-la a identificar os processos que poderão ser encaminhados à mediação. “Me inscrevi nesse curso para ter um embasamento teórico e aprender sobre a mediação. O que contribuiu para mim foi ter oportunidade de ter contato com todas essas técnicas e simulações”, contou

Já o juiz aposentado José Ribamar, que atuou no Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJPI), diz que agora pretende atuar na atividade de mediador em seu tribunal. “O curso foi muito bom pois nos apresentou técnicas formais de mediação. Eu já tinha feito orientação aos jurisdicionados nas comarcas do interior, mas sem saber que estava fazendo mediação. Agora sei tecnicamente como fazer isso”, explicou.

# Aposentados definem estratégias de ação em 2015



Composição da mesa do 5º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados

**N**o 5º Encontro Nacional de Magistrados do Trabalho Aposentados, promovido pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a AMB foi representada pelo integrante da Coordenadoria de Aposentados Antônio Carlos Chedid. Ex-presidente da Anamatra, Chedid destacou a luta da AMB pelas questões relacionadas aos aposentados, acrescentando que uma das lutas em comum entre ativos e inativos é pela paridade.

Como membro da Comissão da Nova Loman da AMB, Chedid dis-

se “que a luta da magistratura nacional, inegociável, será a inclusão da paridade e integridade funcional no Estatuto da Magistratura entre ativos e inativos, em verdadeiro retorno às garantias integrais da magistratura em respeito aos direitos fundamentais de cidadania de todos os brasileiros”.

A ministra Delaíde Arantes, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), foi uma das convidadas para a abertura do evento, no Hotel Royal Tulip. “Considero que juntos podemos superar todas as barreiras”, ressaltou a ministra.

Já o presidente da Anamatra, Germano Siqueira, disse que uma das lutas da associação, juntamente com a AMB e outras entidades, é pela aprovação da PEC 555/2006, que extingue a contribuição previdenciária para servidores aposentados. “O momento é delicado, mas não vamos sentar à beira do caminho e chorar. É no momento de dificuldade que a gente se fortalece”, ressaltou. Na sequência, magistrados do trabalho foram até o Congresso Nacional tentar mobilizar os deputados para a aprovação da proposta.

# Rêmulo Leteriello é homenageado no XXII Congresso Brasileiro de Magistrados



Emoção pelo reconhecimento do trabalho em prol dos juizados especiais

**N**a cerimônia de abertura do XXII Congresso Brasileiro de Magistrados, realizada na noite de 29 de outubro, em Caldas Novas, o desembargador aposentado Rêmulo Leteriello, do Mato Grosso Sul, recebeu a comenda das mãos do presidente da AMB, João Ricardo Costa, devido ao trabalho em defesa e valorização da magistratura.

Militante das causas dos juizados especiais, o magistrado disse que a emoção é a mesma do início da carreira. “Tenho três sentimentos: primeiro, de emoção; segundo, de uma honra muito grande de ser homenageado pela segunda vez pela AMB; e terceiro, de gratidão, pelo reconhecimento do modesto serviço que prestei à magistratura brasileira”, afirmou.

“Nosso homenageado é um magistrado visionário. O Judiciário brasileiro colhe os frutos positivos de seu trabalho no Judiciário Especial”, disse João Ricardo.

Além de Rêmulo Leteriello, também foram homenageados a diretora do Departamento de Pensionistas da AMB, Eneida Terezinha Barbosa; o juiz acreano Raimundo Nonato, pelo pioneirismo no combate ao nepotismo no Poder Judiciário; o juiz federal de primeiro grau de Porto Alegre (RS) Roger Raupp Rios, defensor dos direitos das minorias; a juíza do trabalho de primeiro grau em Belém



(PA) Maria Zuila Lima Dutra, que foi homenageada por sua luta contra o trabalho escravo e infantil; e o juiz Douglas de Melo Martins, de São Luís (MA), que recebeu a comenda pela atuação na área de execução penal. A filha do magistrado, Amanda Moraes Martins, o representou na cerimônia.

# AMB reforça luta dos associados aposentados

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, abriu a 5ª Reunião da Coordenadoria dos Aposentados, realizada no dia 10 de novembro, em Brasília, reforçando o propósito da associação de intensificar a luta e a força política dos associados aposentados, apesar da crise política e econômica que o país atravessa. “Isso é fundamental para que os pleitos da magistratura sejam uniformes e para que a ideia de paridade seja um conceito integrado dentro dessa questão remuneratória”, explicou.

A pauta abordou propostas em tramitação no Congresso Nacional que mobilizam a magistratura, como o PL 3123/2015. O projeto limita os subsídios dos magistrados e tramita em regime de urgência. Os aposentados foram chamados a irem para a Câmara acompanhar a votação do projeto na Comissão do Trabalho.

Outra proposta que preocupa e mobiliza os magistrados é a PEC 62/2015, que está no Senado Federal. A PEC veda a vinculação remuneratória entre agentes públicos. A PEC 555/2006 também foi alvo de debate, uma vez que extingue gradativamen-

te a contribuição previdenciária para os servidores aposentados.

Uma mobilização nacional em favor da PEC 555 com a participação de diversas entidades, entre elas, a AMB, estava prevista para o dia 11 de novembro, em Brasília, mas foi adiada devido ao momento político conturbado no Congresso.

O assessor da presidência da AMB José Carlos Kulzer disse que é preciso unificar e intensificar a luta, pois surge, a cada dia, mais projetos que tentam limitar a remuneração dos magistrados no Congresso Nacional.

Vice-presidente de Patrimônio e Finanças da Associação dos Magistrados do Estado do Rio Grande do Sul (Ajuris) e integrante da Comissão de Paridade da AMB, Jocelaine Teixeira, disse, durante o encontro, que a luta dos aposentados é de toda a magistratura. “Equiparação é uma necessidade. Não é um discurso de uma só parcela da magistratura”.

**Além de associados aposentados, a reunião contou com a presença de presidentes e vice-presidentes de associações regionais, entre eles, Antônio Araújo, Leonardo Trigueiro, Gustavo Plech, Marielza Brandão, Gilmar Coelho, e Odson Cardoso Filho**

## Comunicação

Outro tema tratado na reunião é a comunicação com os 3,3 mil aposentados à AMB. Deste total, uma parcela não tem acesso a e-mails. O vice-presidente de Comunicação da AMB, Gil Guerra, participou das discussões e colheu diversas opiniões, sugestões e críticas que serão levadas em conta nesta tarefa da entidade de aprimorar os canais de comunicação com os associados.

Uma das possibilidades é criar um boletim específico para os associados aposentados. “Quanto mais ampla mais eficiente a comunicação. Vamos estreitar os canais de comunicação com nossos aposentados com a colaboração das associações regionais e da nossa Coordenadoria de Aposentados”, afirmou.

Maria da Conceição Sousa Mendonça, da Amma, sugeriu que o boletim especial para os aposentados seja encaminhado pelos correios e também que seja disponibilizado em espaço específico no site da associação. A coordenadora dos Aposentados da AMB, Nelma Padilha, também participou da reunião.



# Esforço da AMB pelos associados aposentados é reconhecido

**O**s pleitos dos associados aposentados são considerados prioritários para a AMB. A prova disso é que a associação criou uma coordenadoria específica para a categoria, a maior da AMB, pois congrega até 36 representantes das associações regionais, e a paridade virou uma das bandeiras da entidade. Além disso, conforme reforçou o presidente, João Ricardo Costa, durante a 5ª Reunião da Coordenadoria dos Aposentados da AMB realizada no dia 10 de novembro, a AMB ampliou a participação dos colegas no Conselho de Representantes.

O esforço da AMB tem sido reconhecido. José Firmino de Oliveira, da Almagis, por exemplo, disse que as questões legislativas têm sido levadas muito a sério pela AMB. “A AMB tem chamado todos os magistrados a participarem desta luta de valorização da carreira. O que nós, de cada uma das associações, temos de fazer é nos juntarmos à AMB para dar corpo e fortalecer esse trabalho”, destacou.

O secretário-geral da Coordenadoria dos Aposentados, Rêmolo Letteriello, elogiou a iniciativa da AMB de criar um departamento específico para cuidar dos assuntos dos associados aposentados. “A implantação dessa coordenadoria trouxe um alento muito grande e todos os aposentados se mostram muito agradecidos por essa iniciativa feliz”.

O juiz do trabalho de São Paulo Antônio Pimenta também participou da reunião da Coordenadoria dos Aposentados. Para ele, é preciso estabelecer uma aproximação maior com os aposentados nos estados. Uma das ideias levantadas durante a reunião é escolher delegados regionais para fazer a ponte com os colegas aposentados.

Já Rui Aguiar, da AMC, disse que deu uma série de ideias por escrito para que se possa fortalecer a luta em favor dos associados aposentados. “Estou achando muito interessante essa aproximação da AMB com os associados aposentados”, afirmou.

José Geraldo Pereira da Silva, de Santa Catarina, considerou a reunião proveitosa. “Vamos ao Congresso procurar nossos representantes para tentarmos sensibilizá-los da necessidade de aprovação de alguns dos projetos que estão em andamento”, disse.



Representantes das associações filiadas agradeceram o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria dos Aposentados

# Mobilização pela aprovação de projetos de interesse da magistratura



Magistrados conversaram com congressistas sobre propostas prioritárias para a classe

Integrantes da magistratura continuaram, na tarde do dia 11 de novembro, a mobilização na Câmara dos Deputados e no Senado para defender projetos de interesse da categoria, como a PEC 555/2006, que isenta os aposentados da contribuição previdenciária, a PEC 63/2013, que restabelece o Adicional por Tempo de Serviço (ATS), e o PL 3123/2015, que limita o teto do subsídio.

A PEC 555 propõe a revogação do art. 4º da Emenda Constitucional nº 41/2003, extinguindo de forma gradativa a cobrança da contribuição sobre os proventos de aposentados e pensionistas.

Um grupo de juízes e associados aposentados visitaram vários parlamentares para tratar do assunto. A comitiva contou com os representantes da AMB e das associações filiadas Leonardo Trigueiro, Gervásio Santos, Antônio Araújo e Gustavo Plech, e integrantes da Anamatra.

Nos encontros, os dirigentes expuseram a posição favorável à proposta, que aguarda deliberação do Plenário da Câmara, e entregaram nota elaborada pelas diversas entidades que atuam em prol da PEC.

Entre os parlamentares contatados estiveram o vice-líder do PSDB, deputado Nilson Leitão, e o líder do PDT, deputado Afonso Motta. “Nosso partido tem tradição na defesa dos direitos dos trabalhadores e aposentados. No momento em que a matéria for pautada, mobilizarei a bancada”, afirmou Afonso Motta, ao ressaltar o difícil momento político para pautar a matéria.

Já o deputado Nilson Leitão criticou a má gestão da Administração Pública o que, segundo ele, vem refletindo na dificuldade em votar propostas relativas ao funcionalismo público. “Todos esses temas deveriam ter um planejamento na conjuntura dos servidores do Brasil. O problema

deste ano não é a crise econômica, mas a política”, disse.

Os presidentes de associações estaduais e associados aposentados também visitaram deputados e lideranças partidárias, entre eles Ronaldo Benedet (PMDB/SC), Mauro Mariani (PMDB/SC) e André Fufuca (PEN/MA), este último relator do PL 3123/2015 na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), além do senador Dalirio Beber (PSDB/SC). A comitiva também foi recebida na liderança do PSDB pelo deputado Nilson Leitão (MT). Estavam presentes os presidentes das associações filiadas Leonardo Trigueiro, da Amapi; Antônio Araújo, da ACM; Gilmar Coelho, da Asmego; Odson Cardoso Filho, da AMC; Gervásio Santos, da Amma; Gustavo Plech, da Amase; Jayme de Oliveira, da Apamagis; além da coordenadora dos aposentados da AMB, Nelma Padilha, e do coordenador-adjunto, Irio Grolli.

# CTASP aprova substitutivo do PL 3123

# A

Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados (CTASP) aprovou no dia 11 de novembro o substitutivo do PL 3123/2015. O relatório do deputado Lucas Virgílio (SD/GO) passou pela comissão com avanços, uma vez que retirou do teto as verbas indenizatórias. A decisão é resultado de uma intensa mobilização da AMB, de presidentes de associações regionais filiadas e dos associados aposentados, juntamente com representantes das demais entidades integrantes da Frente Associativa da Magistratura (Frentas), que acompanharam toda a votação na CTASP.

O presidente da AMB, João Ricardo Costa, enalteceu a mobilização dos magistrados, especialmente dos associados aposentados. “Isso mostra o quanto foi acertada e oportuna essa ideia de trazer os colegas aposentados para a AMB, no momento em que revela todo esse patrimônio que estava guardado a sete chaves. Estamos abrindo as portas para que venha toda essa rica história agregando a nossa luta, que é muito intensa no Congresso Nacional”.

O deputado Lucas Virgílio disse que tentou ser o mais justo possível em seu relatório. “O Executivo mandou um projeto meritório, porém com várias injustiças para os servidores. Mudamos a forma de calcular, pois entendemos que as remunerações permanentes devem entrar para o cálculo do teto, as eventuais temporárias ficariam de fora.



Associados aposentados juntaram-se à mobilização pelas garantias da carreira

Entendemos que essa é uma forma de valorizar os servidores, que fazem essa máquina andar”, ressaltou.

José Firmino de Oliveira, da Almagis, estava entre o grupo de associados aposentados que esteve em mobilização no Congresso Nacional. “O trabalho foi duro, corrido, disputado, principalmente para atingir o quórum necessário na Comissão do Trabalho, mas extremamente satisfatório. Fica, principalmente no caso do substitutivo aprovado, a satisfação de vitória. Isso é muito importante para a magistratura e para os servidores de todo o país”.

O coordenador-adjunto da Coordenação de Aposentados da AMB, Irio Grolli, também acompanhou toda a movimentação na Câmara e depois foi ao Senado. “Foi feita a justiça pois estamos lutando para manter direitos conquistados”, disse.

O coordenador da Justiça Estadual da AMB e presidente da As-

sociação dos Magistrados do Maranhão (Amma), Gervásio Santos, disse que o substitutivo aprovado pode ser considerado um avanço. “O projeto original submetia as verbas de natureza indenizatórias ao teto, além da gratificação eleitoral. Nós conseguimos, depois de intenso trabalho, que o relator readequasse o projeto. O texto não prejudicará a magistratura”, afirmou.

O assessor da presidência da AMB José Carlos Kulzer lembrou que a mobilização segue intensa e que é importante o reforço das associações regionais. “As lideranças associativas podem fazer contatos com os parlamentares de seus estados para que possamos vencer as batalhas que vêm pela frente. Mais do que nunca, é importante que a magistratura esteja unida e agora poderá contar também com o apoio dos associados aposentados. A agenda legislativa está intensa e exige constante mobilização”.

# AMB se mobiliza e consegue retirar de pauta substitutivo do PL 3123 que prejudica a magistratura



AMB, associados aposentados e presidentes de associações estaduais atuantes no Congresso Nacional

**D**epois de um trabalho intenso na manhã do dia 12 de novembro, a AMB, juntamente com outras entidades da magistratura, conseguiu retirar o PL 3123/2015 da pauta da Comissão de Finanças na Câmara dos Deputados. O relatório do deputado Nelson Marchezan (PSDB/RS), que seria analisado na comissão, implicaria em perdas para a magistratura, uma vez que inclui as verbas indenizatórias no teto do funcionalismo público. Diferentemente do substitutivo do deputado Lucas Virgílio (SD/GO), aprovado, no dia 13, na Comissão de Trabalho da Casa (CTASP).

“Esse projeto é extremamente delicado e está exigindo todo empenho da AMB e das associações fi-

liadas para que não haja retrocesso para a magistratura. A mobilização, mais do que nunca, é importante. Contamos ainda com o apoio fundamental dos associados aposentados para agregar nesta luta”, ressaltou o presidente da AMB, João Ricardo Costa.

O substitutivo do deputado Marchezan foi retirado de pauta a pedido de deputado Rodrigo Martins (PSB/PI). O presidente da Associação dos Magistrados Piauienses (Amapi), Leonardo Trigueiro, que está em mobilização no Congresso Nacional, disse que a batalha agora é para que prevaleça o substitutivo do deputado Lucas Virgílio, que exclui do teto as verbas indenizatórias e a gratificação eleitoral.

O deputado Lucas Virgílio explicou que tentou ser o mais justo possível em seu relatório. “Entendemos que as remunerações permanentes devem entrar para o cálculo do teto, as eventuais temporárias ficariam de fora. Essa é uma forma de valorizar os servidores, que fazem essa máquina andar”, ressaltou logo após a aprovação do seu substitutivo na Comissão de Trabalho.

A votação contou com intensa mobilização da AMB, de presidentes de associações estaduais filiadas e dos associados aposentados, juntamente com representantes das demais entidades integrantes da Frente Associativa da Magistratura (Frentas), que acompanharam a análise da proposta na Comissão de Trabalho.

# Planejamento das estratégias para aprovação da PEC 555/06 é discutido em Brasília



Entidades querem fim da contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas

**O**s integrantes da comissão formada pela Frente de mais de 30 entidades empenhadas em aprovar a PEC 555/06, que acaba com a contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas, reuniu-se na manhã do dia 3 de dezembro, em Brasília, na sede do Instituto Mosap (Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas), para avaliar a conjuntura política e estabelecer as estratégias de ação para que seja votada a proposta pela Câmara

dos Deputados. No encontro, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) foi representada pelo assessor da presidência José Carlos Kulzer.

Diante da decisão do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de autorizar a abertura de processo de impeachment contra a presidente da República, todos foram unânimes em avaliar que não há ambiente político para que seja deflagrada a campanha neste momento, apesar de já ter sido preparado material de divulgação,

decidido em reuniões anteriores.

Conforme Kulzer, “as peças publicitárias para a campanha no Facebook e site foram apresentadas pela empresa contratada, sendo solicitados pequenos ajustes pelos integrantes da comissão”.

Na encontro, decidiu-se aguardar os próximos acontecimentos, para que a campanha seja deflagrada em momento menos conturbado, já que a atual crise política não permite avançar no tema. Foi agendada a próxima reunião para o dia 16 de fevereiro de 2016.